

# UMA ESCOLA NOVA NO RIO GRANDE DO SUL: PLANEJAMENTO, SISTEMATICIDADE, REFORMA E MODERNIDADE (1937-1945)

Claudemir de Quadros <sup>1</sup>

**Resumo:** No Rio Grande do Sul, a nacionalização do ensino possibilitou um amplo processo de reforma educacional, que alterou as formas de administração do sistema educativo no Estado. Neste artigo, apresenta-se um estudo bibliográfico, documental e descritivo, que tem como objetivo demonstrar que o sistema educativo estadual, tornado objeto de reforma, passou a afirmar-se sob as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas, que envolveu a prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; a incidência de controle e normatização; a formação continuada dos professores e a instauração de ações relacionadas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais. Dentre as conclusões, destaca-se que é possível perceber a instauração do reconhecimento e da supervisão direta do sistema educativo pelo Estado, bem como a abertura de espaço para uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população.

**Palavras-chave:** História da Educação; Reforma da Educação; Escola Nova; Rio Grande do Sul.

## THE NEW SCHOOL IN RIO GRANDE DO SUL: PLANNING, SYSTEMATICITY, RENOVATION AND MODERNITY (1937- 1945)

**Abstract:** In Rio Grande do Sul, the nationalization of education made possible a wide process of educational renovation that changed the educational system management in the State. In this article, it is presented a bibliographical, documentary and descriptive study, that aims to demonstrate that the state educational system, made object of the renovation, began to assert itself under the foundations of a technical, scientific and rational management, guided by specialists, involving the legal prescription of school activities and teaching programs; the incidence of control and regulation; the continuing

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: [claudemirdequadros@gmail.com](mailto:claudemirdequadros@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1204-0355>.

education of teachers and the establishment of actions related to the development of educational studies and research. Among the conclusions, we highlight that it is possible to realize the establishment of recognition and the direct supervision of the education system by the State, as well as the opening of space to a social and epistemological organization of schools in the production of a moral, cultural and social discipline of the population.

**Keywords:** Education History; Education Reform; New School; Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

O general Daltro Filho assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de interventor federal, em de outubro de 1937. Com ele, assumiu a Secretaria da Educação e Saúde Pública – Sesp –, José Pereira Coelho de Souza. No transcorrer do mandato de Coelho de Souza junto à Sesp (1937-1945), houve um intenso movimento de reforma do sistema educativo no Estado e a implantação do processo de nacionalização do ensino. Embora uma série importante de estudos já tenha sido feita acerca desse movimento, ele é, de certo modo, subestimado pelo que representou no âmbito das políticas públicas dedicadas à educação no Rio Grande do Sul.

A nacionalização do ensino, como processo amplo, abriu um campo de possibilidades para a intervenção governamental, no Rio Grande do Sul, que envolveu, pelo menos, quatro dimensões importantes e concomitantes: uma extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; a reestruturação técnica e administrativa da Sesp; o desenvolvimento de políticas de expansão da rede de ensino, com a construção de escolas, a contratação de professores e funcionários e a ampliação do número de estudantes matriculados e, por fim, uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. Em poucas palavras, a nacionalização do ensino promoveu o reaparelhamento da Sesp, para a execução de uma reforma educacional que se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública,



processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul.

No âmbito deste texto, procura-se demonstrar que o processo de reforma educacional, possibilitado pela nacionalização do ensino, alterou, profunda e intensamente, as formas de administração do sistema educativo no Estado do Rio Grande do Sul. Este, passou a afirmar-se sob as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas, envolvendo ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização; um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente e a instauração de ações relacionadas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais, que enfatizavam a inovação e a modernização.

Para tanto, foram instituídas políticas a fim de superar a fragilidade da organização político-administrativa do sistema escolar; a insuficiência das instalações e dos equipamentos escolares; a desorganização da carreira do magistério e a necessidade de uma formação moral e cívica dos estudantes e dos professores. Mobilizou-se um conjunto de práticas que envolveu uma extensa normatização da função educativa; a reestruturação da instância encarregada pela administração do sistema; a profissionalização do pessoal docente; o aparelhamento das escolas com a aquisição de mobiliário, material de consumo e didático; e a entrada em funcionamento da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, posteriormente Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais - CPOE.

## SECÇÃO TÉCNICA: ESPAÇO DE GESTÃO CIENTÍFICA E RACIONAL DO SISTEMA EDUCATIVO

No contexto da reestruturação administrativa da Sesp, um órgão começou a ganhar, gradativamente, proeminência – a Secção Técnica.

A primeira referência à Secção Técnica consta no decreto n. 4.258, de 21 de janeiro de 1929, que aprovou o regulamento da Diretoria Geral de Instrução Pública. Segundo este decreto, estavam vinculados à Secção Técnica um inspetor do ensino normal e complementar; um inspetor de educação física; dez inspetores técnicos do ensino elementar; três inspetores médicos; cinco inspetores dentários e dois enfermeiros escolares. De acordo com o artigo 5º deste decreto, competia-lhes a inspeção das escolas normal, complementar e elementar; a inspeção médica, dentária e de educação física; a publicação da *Revista Escolar* e o acompanhamento do trabalho da Comissão de Exame de Obras Pedagógicas.

Estas atribuições mudaram, substancialmente, com o decreto n. 7.646, de 30 de dezembro de 1938, que criou o cargo de diretor da Secção Técnica, o qual deveria ser escolhido entre os professores especializados em matéria de educação. Mais importante do que a criação do cargo de diretor, que representa uma medida administrativa, é o que foi dito nos considerandos deste decreto e que define as atribuições da Secção: “assistir a Diretoria Geral de Instrução Pública na orientação e organização do ensino, pelo estudo e pesquisa dos diferentes aspectos do trabalho escolar e pela elaboração e execução dos planos de ação educativa” (DECRETO N. 7.646/1938). Estas atribuições constituíram a Secção Técnica como um órgão especializado que, ao estudar e pesquisar, produziu capacidade técnica e legitimidade – tornou-se um lugar de poder/saber – para orientar e organizar o ensino; propor, elaborar e coordenar o planejamento educacional, bem como acompanhar a execução das atividades propostas. Enfim, criaram-se as condições

de possibilidade no âmbito das quais, paulatinamente e de forma sistemática, viabilizou-se a produção e a disseminação do discurso da modernização e da renovação educacional no Rio Grande do Sul.

Para a produção das suas condições de existência também contribuiu, de forma decisiva, a participação das ‘mulheres do Instituto’, grupo seletivo de professoras formadas pela Escola Complementar que teve uma atuação destacada no âmbito educacional do Rio Grande do Sul, em especial junto ao Instituto de Educação e à SEC/RS, entre elas Marieta da Cunha e Silva, Olga Acauan Gayer, Natércia Cunha Velloso, Florinda Tubino Sampaio, Graciema Pacheco e Elmira Flores Cabral Pellanda, profissionais prestigiadas e reconhecidas pela competência e qualificação acadêmica, que ocuparam um lugar de sujeito que lhes conferia legitimidade e força política decisivas para a implantação das políticas governamentais.

É deste lugar institucional – de poder e de conhecimento – que os especialistas em educação, vinculados à Secção Técnica, constituíram-se como *expertise* do campo educacional e disseminaram a ‘fala autorizada’ sobre os assuntos educacionais. A partir de então, alargou-se expressivamente o âmbito de ação da Secção Técnica, o que requereu a ampliação do quadro de funcionários. Isso foi obtido pelo decreto-lei n. 155, de 20 de novembro de 1941, pelo qual foram criados novos cargos. Este decreto decorreu da solicitação da diretora geral de Instrução Pública, Olga Acauan Gayer, que enumerou uma série de razões que justificavam a sua solicitação e pelas quais tornou visível a intensidade que o trabalho em desenvolvimento adquirira:

O desenvolvimento quantitativo e qualitativo dado ao ensino, na atual administração, alargou o âmbito de ação da Secção Técnica, exigindo-lhe assistência permanente ao trabalho de reorganização da educação primária e revitalização dos processos didáticos. Ficaram-lhe, assim, entregues o estudo e pesquisas necessárias à solução de todos os problemas técnicos e execução de todos os planos

decorrentes desses estudos, sejam estes de programas de classificação de alunos, de orientação do ensino, quer nas escolas primárias, quer nas normais, de verificação de rendimento e eficiência do ensino, de seleção do pessoal docente, de aperfeiçoamento através de cursos de professores, orientadores e diretores de escola, sejam de mobiliário e material escolar. Na impossibilidade de distribuir à Diretoria Geral de Instrução Pública mais racionalmente seus serviços, por órgãos especializados, com limitações qualitativas de atribuições, foi chamada para colaborar também em assuntos de ordem puramente administrativa, como sejam: movimentação de pessoal docente e administrativo, apreciação de propostas e relatórios das delegacias regionais de ensino, etc. o exercício simultâneo de tão variadas, complexas e relevantes incumbências vem exigir, é bem de ver, pessoal técnico de cultura especializada, real capacidade de trabalho e, como seria para desejar, liberto de quaisquer funções burocráticas. (GAYER, 1941, p. 3)

Os argumentos da diretora geral de Instrução Pública demonstram a ampliação crescente do trabalho executado pela Secção Técnica, assim como o envolvimento de um número cada vez maior de técnicos dedicados a estudos e pesquisas; a programas de classificação de estudantes; à orientação do ensino; à verificação de rendimento e eficiência do sistema educativo; à seleção de pessoal docente e ao seu aperfeiçoamento ou formação continuada. Destaca-se, ainda, a indicação da necessidade da separação entre serviços técnicos e serviços administrativos no âmbito da Sesp.

A Secção Técnica desenvolveu suas atividades a partir de um planejamento anual, denominado *Plano geral dos trabalhos*. Nos planos de 1940 a 1943, destacam-se as ações relacionadas à elaboração de provas; elaboração de comunicados; cursos de orientação para professores, orientadores e diretores de escolas; semanas de estudos ou cursos intensivos; estudos ou pesquisas vinculadas aos resultados das provas objetivas, vocabulários das cartilhas, determinação da idade mental de estudantes e inquéritos sobre preferências e interesses dos estudantes e aplicação dos testes ABC, com a respectiva apuração dos resultados e instruções para a organização das classes. Na

tabela a seguir, há uma relação dos cursos e reuniões promovidas pela Secção Técnica entre 1940 e 1942.

**Tabela 1** - Cursos e reuniões promovidas pela Secção Técnica entre 1940 e 1942.

Atividade	Ano/número de sessões		
	1940	1941	1942
Círculo de estudos com os diretores dos grupos escolares da capital	25	35	45
Reuniões efetuadas no interior do Estado	6	0	0
Curso com as professoras de desenho e artes aplicadas dos grupos escolares da capital	30	0	0
Estudos de problemas pedagógicos, série de reuniões com professores da capital e interior	20	0	0
Reuniões com os delegados regionais de ensino	6	4	4
Curso com as professoras de 1º ano das escolas da capital	0	20	12
Curso com as professoras das escolas experimentais	0	6	4
Curso com os orientadores da educação elementar	0	0	52

Curso com as professoras fiscais das escolas complementares equiparadas	0	0	20
Curso com as professoras superintendentes de clubes agrícolas	0	0	30
Curso de aperfeiçoamento para professores de música	0	0	25
Curso de bio-psicologia sob a responsabilidade dos médicos do Departamento Estadual de Saúde	0	0	30
Curso de especialização para professoras de Jardim de Infância	0	0	25
Curso de especialização em agricultura para as professoras superintendentes de clubes agrícolas	0	0	26

Fonte: Sesp/Secção Técnica, 1942.

A Secção Técnica instituiu também um instrumento que, até 1971, fez parte das atividades de orientação – os *Comunicados*. Datilografados e passados no estêncil, eram distribuídos para às escolas. Assinados pela diretora geral de Instrução Pública, recomendava-se a sua rigorosa observância e o máximo interesse na execução das instruções das quais eram portadores.

Foram localizados dezesseis *Comunicados* emitidos pela Secção Técnica entre os anos de 1939 e 1943. Os Comunicados localizados foram os seguintes: 1939: Os bons mestres fazem as boas escolas; Formação da consciência moral; Campanha de boas maneiras. 1940: Distribuição de alunos em classes homogêneas; Formação do caráter;



Freqüência e pontualidade, asseio corporal e uso do uniforme, cuidados com o mobiliário, a sala de aula, o prédio escolar e suas dependências, recreio escolar; Análise estatística da aplicação dos testes ABC; Excursões escolares. 1941: Organização de classes homogêneas; Análise estatística da aplicação dos testes ABC; Comemoração do Dia da Árvore. 1942: Organização das classes dos grupos escolares da capital; Análise estatística da aplicação dos testes ABC; Comemoração do Dia da Árvore. 1943: Organização das classes dos grupos escolares da capital; Campanha de boas maneiras.

Por meio deles, propunha-se e orientava-se a execução de atividades escolares, prescreviam-se comportamentos de professores e estudantes no âmbito de uma hierarquia. Constituem-se, portanto, numa tecnologia para regulamentar e disciplinar os indivíduos. Pelos *Comunicados*, fazia-se proliferar o discurso da Escola Nova, em especial, aquele que definia o estudante como o centro do processo educativo:

Organizar, pois, o ambiente da escola em torno da idéia diretriz da ação educativa, pôr no caminho do aluno as boas ocasiões, as oportunidades de agir bem, escolher as influências que lhe excitarão o entusiasmo pelo que é bom e nobre, é apresentar-lhe a vida, não como ilusão, mas como verdade; o dever, não como idéia abstrata, mas como realidade que lhe exige esforços gradativamente maiores e perseverantes, é enfim, interessá-lo na própria educação, levando-o a cooperar ativamente na obra que queremos realizar. (COMUNICADO N. 2, 25/7/1939, p. 1)

A estudantes e professores, eram determinados lugares a serem ocupados no processo educativo. Os primeiros, deviam ser o centro de convergência das ações educativas e formativas, bem como se devia privilegiar o exercício da liberdade e da autonomia. Aos segundos, prescrevia-se uma atitude orientadora e modelar. Neste contexto formativo, incitava-se a promoção de festas escolares: abertura e encerramento do ano letivo, Páscoa, Primavera, comemoração dos centenários ou aniversários dos grandes homens, Festa Pan-Americana; excursões, dramatizações, audições musicais e literárias, jogos, exercícios de ginástica, leituras, palestra, cinema educativo

e a realização de experiências como forma de aproximar a escola de situações da vida real.

Cabe enfatizar, na constituição da Secção Técnica como lugar privilegiado de instauração do discurso da modernidade pedagógica no Rio Grande do Sul, a emergência de estudos e pesquisas como prática pública e como espaço de possibilidade da gestão racional e científica da educação, no âmbito do que se entrelaçam a formação do Estado moderno e os problemas de governo. Neste sentido, Popkewitz (1997), argumenta que a organização da escola, trabalho, pedagogia, formação de professores e ciências da educação proporcionaram um campo social em que o governo do indivíduo surgiria e tomaria forma e no qual as questões da reforma da escola e da profissionalização seriam incorporadas a relações organizacionais.

Num curto espaço de tempo (1937-1943), a Secção Técnica foi constituída num lugar de exercício simultâneo de variadas, complexas e relevantes incumbências, para as quais se requeria pessoal técnico de cultura especializada e capacidade de trabalho. Traçou as diretrizes de organização do ensino, promoveu a orientação técnica, a formação de professores e a atualização da legislação. Procurou instaurar uma racionalidade administrativa. Promoveu estudos e pesquisas, bem como produziu estatísticas. Elaborou e distribuiu comunicados e instruções. Constituiu-se num lugar de administração do Estado que serviu para coordenar, monitorar e regulamentar a reforma educacional, legitimado pela profissionalização do conhecimento dos seus técnicos. Isso teve continuidade, de forma mais sistemática e ampliada, com a sua transformação, em junho de 1943, no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais – CPOE (QUADROS, 2006).

## REFORMA DA EDUCAÇÃO: A DIREÇÃO DA RENOVACÃO

Mediante um esforço, classificado pelo secretário Coelho de Souza como ‘desassombrado e vigoroso’, a Sesp foi reaparelhada para executar e operar um movimento de renovação educacional, político e pedagógico. Este movimento abrangia uma redefinição dos fins da educação; a formação, atualização e dignificação do magistério; a renovação educacional e a administração central e regional do ensino. Mas a operacionalização deste programa não seria alcançada mediante uma improvisação. Requeria uma ação planejada e orientada, bem como “a co-responsabilidade e cooperação decidida de todos quantos estavam comprometidos em tão importante empreendimento” (COELHO DE SOUZA, 1963, p. 281).

Coelho de Souza demonstra um esforço argumentativo para caracterizar a reforma educacional que se instalava como um movimento marcado pela sistematicidade, pela continuidade, como portador de uma nova fase. Segundo o secretário, findara o tempo em que se administravam os serviços educacionais sem planejamento e ao sabor do acaso. Para isso, Coelho de Souza solicitou a Lourenço Filho, em 1939, a elaboração de um anteprojeto de organização da Secretaria:

Era quase inexistente, quando assumi, a organização da Secretaria, pois a mesma não era mais do que uma reunião, sem unidade orgânica, de antigas diretorias e repartições da Secretaria do Interior, da qual se desmembraram. [...] Somente no final de cinco anos de administração é que pude apresentar o projeto de sua estrutura. [...] Não chegou a Secretaria da Educação a esse trabalho arbitrariamente ou empiricamente. Forneceu o eminente professor Lourenço Filho, a pedido meu, em 1939, um anteprojeto de organização de uma Secretaria de Educação e Cultura. Daquela data, até princípios de 1942, recebi o mesmo as anotações sugeridas pela observação da realidade ambiente. (SEC/RS, 1944, p. 1)

Assim, em 1942, o secretário Coelho de Souza encaminhou ao interventor federal, Cordeiro de Farias, a exposição de motivos para o decreto que propunha a reestruturação da Sesp. Nela, Coelho de Souza, além de referir com insistência o quanto procurou seguir as orientações de Lourenço Filho<sup>2</sup>, indicou que uma estrutura similar já havia sido adotada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, embora com menor fidelidade às propostas de Lourenço Filho. Apontou, ainda, que a reorganização administrativa da Secretaria obedeceu a dois princípios: o princípio da unidade de comando, com a centralização de planejamento, ou seja, a decisão das linhas gerais do trabalho competia ao secretário, e o princípio da pluralidade de chefia dos serviços executivos. Ao finalizar, o secretário mencionou restrições orçamentárias como causa da supressão de alguns serviços auxiliares.

A estrutura da Secretaria também se inspirou, em linhas gerais, naquela adotada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, por ocasião da sua reorganização – lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Segundo esta lei, competia ao Ministério a administração da educação escolar e extra-escolar. Em termos gerais, o Ministério passava a estruturar-se administrativamente a partir de quatro instâncias de direção: gabinete do ministro, órgãos de administração geral, órgãos de administração especial e órgãos complementares. Os órgãos de administração geral eram a Diretoria de Pessoal e a Diretoria de Contabilidade. Os órgãos de administração especial eram o Departamento Nacional de Educação e a Diretoria de Estatística. Os órgãos complementares incluíam a Comissão de Eficiência, Serviço Jurídico, Serviço de Publicidade, Biblioteca, Serviço de Comunicações e Portaria. Havia, ainda, as delegacias federais de educação e as instituições de educação extra-escolar: Universidade Técnica

---

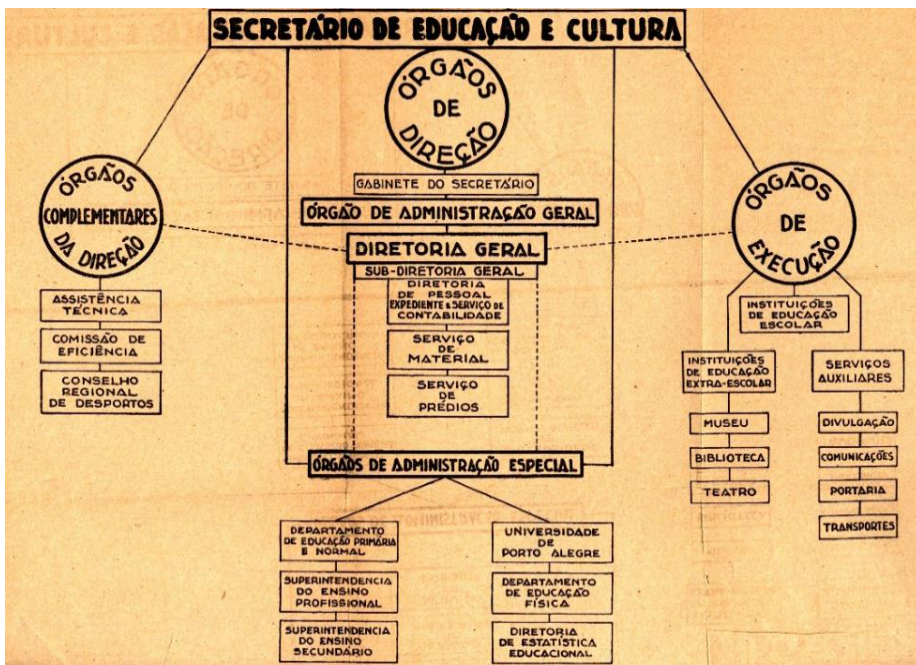
<sup>2</sup> Acerca da experiência de Lourenço Filho no contexto de organização administrativa da educação, ver Monarcha (2001), Teixeira (1988), Carvalho (2000), Mate (2002).



Federal; Biblioteca Nacional; Museu Histórico Nacional e Teatro Nacional.

As similitudes desta organização do Ministério, tanto no que se refere à estrutura, quanto à nomenclatura das instâncias e órgãos, com a organização da Secretaria de Educação e Cultura, proposta por Coelho de Souza, podem ser visualizadas no organograma a seguir. Nele, vê-se o papel estruturante que a ação do governo federal passou a exercer sobre a instância estadual: “a instância federal surge como modelo de inovação. Organismos são criados na instância estadual à semelhança dos da federal” (WERLE, 2005, p. 244).

Figura 1 - Organograma da SEC/RS, decreto n. 578/42.



Fonte: SEC/RS, 1944, p. 3.

Pelo decreto n. 578, de 22 de julho de 1942, alterado pelo decreto-lei n. 246, de 13 de outubro de 1942, a Sesp foi reestruturada e passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura – SEC/RS. Competia-lhe, na esfera estadual, a administração das atividades relativas à educação escolar e educação extra-escolar. A partir daí, tornou-se mais perceptível uma hierarquização de funções, com maior divisão e diversidade de serviços administrativos, no âmbito dos quais se percebe a distribuição de funções, bem como de serviços técnicos, estes mais ligados aos problemas pedagógicos, com subdivisão de competências. Tudo isso em conformidade com as diretrizes preconizadas por Lourenço Filho, segundo a exposição de motivos do secretário Coelho de Souza.

Apesar de importante, a participação de Lourenço Filho no processo de reforma educacional no Rio Grande do Sul é pouco referida. Exceção é a seguinte citação, num estudo de Abu-Merhy (1997), publicado pela Associação Brasileira de Educação:

Poucos são os que conhecem a influência que o professor Lourenço Filho teve sobre a reforma do sistema escolar do Estado do Rio Grande do Sul. Não vi mencionada essa sua contribuição no livro jubilar que lhe foi dedicado. Entretanto, embora não tenha ele ocupado ali posto algum administrativo, não há menor dúvida de que colaborou diretamente para a edição do decreto legislativo n. 587, de 22 de julho de 1942, que reestruturou o sistema escolar daquele grande Estado. Esta revelação nos foi feita pelo artigo do professor Coelho de Souza, estampado no Correio do Povo, de Porto Alegre, de 9 de agosto. O referido político, quando ocupou a Secretaria de Educação e Saúde daquele Estado, veio pessoalmente ao Rio convidar o professor Lourenço Filho para ajudá-lo a renovar o sistema escolar do seu Estado, contribuição essa que ele fez e da qual não deixou referência escrita e não fez divulgação alguma. É justo, pois, que agora

transcrevamos pequena parte do depoimento do então secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul: ‘O professor Lourenço Filho deixou o organograma da nova Secretaria e um plano de política educacional, que foi cumprido à risca e que me valeu a inimizade de muitos influentes municípios que pretendiam intervir na vida das escolas’. Ali deu cursos intensivos durante um mês, que constituíram segundo o mesmo ex-secretário de Educação, ‘uma fonte de renovação e estímulo - que se refletiu na nossa vida escolar por muitos anos e contribuiu para elevar o nível do ensino primário e normal no Rio Grande.’ (ABU-MERHY, 1997, p. 20)

Ao solicitar a Lourenço Filho a elaboração do anteprojeto de organização da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, o secretário Coelho de Souza recorreu a um intelectual reconhecido em seu domínio da ciência pedagógica. A participação de Lourenço Filho neste processo, compõe o discurso de Coelho de Souza para legitimar o movimento de reforma educacional e, sobretudo, para demarcar a instauração de um novo tempo na educação estadual. Um tempo de planejamento e de sistematicidade, de reforma e de modernidade.

Este movimento de reforma educacional no Rio Grande do Sul, que se refletiu intensamente na perspectiva de modernização das instituições, foi mais do que um movimento administrativo. Modificou não só a legislação que regulamentava a educação e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela adquiria sua eficácia social. Embora com suas especificidades, não foi um movimento que aconteceu exclusivamente no Rio Grande do Sul. Desenvolvia-se, pelo menos, desde a década de 1910, com a ação dos reformadores em vários Estados do Brasil, em especial São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais.

A reforma educacional, constituiu-se num meio pelo qual foram operadas mutações nos enunciados referentes à escola e sua função social. A escola devia

deixar de “ser um aparelho formal de alfabetização”, para tornar-se um “organismo vivo, capaz de refletir o meio, nas suas qualidades, e de cooperar para a melhoria dos costumes” e orientar-se “segundo as normas da ciência, amparada por uma organização de assistência técnica”. Enfim, deveria se instalar uma escola nova, “nova antes de tudo pela reforma de sua finalidade” e nova pela “renovação dos processos didáticos” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 3-4).

Na formulação de Monarcha (1990), é possível sentir, a partir da década de 1920, a emergência de uma prática pedagógica que logrou tornar-se hegemônica e determinou continuidades e discontinuidades no pensamento educacional brasileiro: a pedagogia da Escola Nova ou escolanovismo. Uma geração de educadores, formados no contexto doutrinário da Escola Nova, procurou lançar as bases da educação brasileira. Estes intelectuais propunham a formação de um homem novo e de uma nova organização social de acordo com os modernos requisitos do século 20.

Para Carvalho (2000), a revisão das finalidades sociais da escola e de seu potencial transformador tinha como referência os contatos que educadores brasileiros mantinham com o estrangeiro. Viajantes e leitores, apostavam numa sociedade nova, moderna, dependente de uma educação redefinida em seus princípios, em suas práticas e largamente baseada na ciência. Apostavam, sobretudo, no poder de transformação social da escola de massas e na viabilidade de um programa de reforma da sociedade pela reforma do homem. Esta também era a meta de Coelho de Souza:

O centro de convergência de toda a renovação educacional está no princípio cardinalíssimo da educação integral. Este é o escopo de



todo o trabalho educativo. Formar o homem, o homem completo, o homem integral, o famoso cidadão prestante, e não apenas o homem ligeiramente instruído. (CORREIO DO POVO, 3/2/1938, p. 10)

Em síntese, a educação deveria ser reconfigurada segundo os modernos preceitos pedagógicos. Esses preceitos foram sintetizados, dentre outros, por Anísio Teixeira (1930), no artigo *Por que escola nova?*

De acordo com os argumentos de Anísio Teixeira, a escola deveria mudar porque as coisas do mundo haviam mudado. Pela aplicação da ciência, mudara a natureza da civilização humana. Mudara também a atitude espiritual do homem: “a velha atitude de submissão” havia sido substituída por uma “atitude de segurança, de otimismo e coragem diante da vida. O método experimental reivindicou a eficácia do pensamento humano” (TEIXEIRA, 1930, p. 11). Preparar as pessoas para a vida e torná-las mais envolvidas e responsáveis por suas condições sociais, era a promessa da modernidade.

A aplicação da ciência experimental às coisas humanas havia trazido uma nova mentalidade: de que as coisas do mundo estavam envolvidas num dinamismo e de que a experimentação científica era um método de progresso ilimitado - o conhecimento produziria uma sociedade melhor e mais justa. Neste contexto, de formação de uma nova civilização material promovida pela ciência, duas tendências se impunham: o industrialismo e a democracia. O industrialismo, que integrava “o mundo inteiro em um todo interdependente”, havia se refletido profundamente na constituição do homem moderno: “a sociedade está a se constituir e o homem deve ser preparado para ser um membro responsável e inteligente desse novo organismo” (TEIXEIRA, 1930, p. 13). Pela

democracia, o homem teria oportunidade para a expressão máxima dos seus valores.

Esta fase de movimento e de transformação contínua – pela ciência, pela indústria e pela democracia – requeria uma outra escola:

Que enormes pois são as novas responsabilidades da escola: educar em vez de instruir, formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido em vez de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a viver com mais inteligência, com mais tolerância, mais finamente, mais nobremente e com maior felicidade, em vez de simplesmente ensinar dois ou três instrumentos de cultura e alguns manuaizinhos escolares. Para essa finalidade, só um novo programa, um novo método, um novo professor e uma nova escola podem bastar. (TEIXEIRA, 1930, p. 19)

A crescente profissionalização do conhecimento e uma série de transformações sociais que se inter-relacionaram e produziram mudanças na economia, família, transporte, demografia e tecnologia, levaram à revisão, em extensão e profundidade, das bases da educação. Emergiu daí um novo saber pedagógico – o escolanovismo – para o qual mais do que informações, cabia à escola educar e formar, ou seja, o ato de aprender adquire um novo significado: aprender significa ganhar um modo de agir. Assim, o movimento de renovação educacional opôs à escola tradicional aquilo que denominou de Escola Nova, isto é, uma educação e pedagogia voltadas para uma época de desenvolvimento técnico e científico, no âmbito do qual a eficiência e a racionalidade levariam ao progresso social.

É neste contexto que se processou a reforma da instrução pública no Rio Grande do Sul, no âmbito da qual é possível inferir que se modificaram as formas de sociabilidade escolar, autorizaram novos discursos acerca da pedagogia e transformaram as relações com o poder institucional.

Além disso, foram formulados, organizados e postos em circulação enunciados, tecnologias e dispositivos que se constituíram em instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de pesquisa, práticas de nomeação, descrição e explicação dos fenômenos educativos. A reforma educacional se interessou, portanto, por um conjunto de mecanismos e técnicas que podiam ser usadas para controlar, disciplinar e reformar a população, no âmbito do que se inscreve a criação de instituições formadoras de professores, a constituição das Ciências Sociais e a consolidação da disciplina de Psicologia.

Percebe-se a proliferação no Brasil, de modo intenso e amplo, do discurso da modernidade educacional, que se constituiu a partir do esvaziamento do significado do discurso do outro – escola tradicional –, acusada de vincular-se a uma natureza empírica e rotineira, portadora dos vícios da experiência. Este discurso encontrou, nas vozes autorizadas e legitimadas de intelectuais proeminentes como Lourenço Filho e Anísio Teixeira, as condições para produção de um espaço no âmbito do qual foi possível estabelecer-se. Os seus enunciados concorreram para informar e produzir, de forma efetiva, a reforma educacional no Rio Grande do Sul.

Em suma, tal reforma pressupôs que a modernização da educação devia partir de uma inspiração filosófica e doutrinária e sustentar-se em bases técnicas e científicas, no âmbito do que se destacou a constituição de uma ampla rede de normatizações; a utilização de planejamento, controle, pesquisa e avaliação; a escrituração minuciosa das atividades de professores, estudantes, diretores e administradores; o desenvolvimento de cadastros estatísticos; a expansão da rede escolar; a utilização de inovações metodológicas: museu pedagógico, gabinetes de psicologia, biblioteca, cinema educativo; a utilização de testes psicológicos; a

uniformização de programas de ensino; a reorganização e racionalização dos serviços, com a separação da esfera técnico-pedagógica daquela encarregada da administração; a assistência técnica especializada ao magistério e o estudo e pesquisa dos problemas do aperfeiçoamento do ensino. Tais elementos conformaram a feição da reforma e da modernização educacional no Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade da década de 1930, o aprofundamento do processo de reforma educacional conduzido pelo Estado. Este processo alcançou condições de aparecimento a partir das formulações do discurso da nacionalização do ensino, que sustentou o aparelhamento do Estado para a execução de uma ampla, intensa e profunda reforma educacional. Esta reforma se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública, no âmbito do qual a população e a educação emergiram como um problema de governo. Assim, os enunciados sobre a educação, constituídos na formulação da reforma educacional, não são simplesmente linguagens sobre a educação, são parte dos processos produtivos da sociedade pelos quais problemas foram classificados e práticas mobilizadas.

Para enfrentar os problemas relacionados à integração dos imigrantes estrangeiros, constituídos enquanto perigo para a nação, o Estado agiu no sentido de reformar o sistema educativo. Para tanto, instituiu políticas a fim de superar a fragilidade da organização político-administrativa da educação; a insuficiência das instalações e dos equipamentos escolares; a desorganização da carreira do magistério e a necessidade de uma formação moral e cívica dos estudantes e dos professores. Mobilizou-se um conjunto de práticas que envolveu uma extensa normatização da função educativa;

reestruturação do órgão encarregado pela gestão do sistema; profissionalização do pessoal docente; aparelhamento das escolas com a aquisição de mobiliário, material de consumo e didático; e a entrada em funcionamento da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, posteriormente Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais – CPOE.

A reforma educacional promovida no Estado do Rio Grande do Sul deve ser vista também como uma intersecção das relações entre conhecimento, instituições e poder. Envolveu variadas instituições – governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas, comunidades –, que se entrelaçaram como fios do tecido da reforma. Foi resultado de uma conjunção de elementos – nacionalização do ensino, Estado Novo, crescimento populacional, circulação de discursos pedagógicos, participação de intelectuais – e não de uma evolução ou necessidade. A partir dela, mais do que antes, instaurou-se o reconhecimento e a supervisão direta do sistema educativo pelo Estado, bem como se abriu espaço para uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população. Com isso, a reforma educacional, além de transmitir informações, buscou instaurar novas práticas; constituir-se como um ponto estratégico para a promoção da modernização das instituições; como um mecanismo para alcançar o ressurgimento econômico e a transformação cultural e, sobretudo, como parte do processo de regulação social da população.

## REFERÊNCIAS

ABU-MERHY, Nair Fortes. **Centenário de Lourenço Filho**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação, publicação n. 3, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000, p. 111-120.



COELHO DE SOUZA, José Pereira. A educação no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo *et al.* **Rio Grande do Sul terra e povo**. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 267-288.

CORREIO DO POVO. **A atividade da Secretaria de Educação e Saúde Pública**. Porto Alegre, 3 fev. 1938, p. 10.

GAYER, Olga Acauan. **Documento manuscrito**. Porto Alegre, 1941.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. A escola nova. **Revista Escola Nova**, São Paulo: Diretoria Geral de Instrução Pública, 1930, v. 1, out. p. 3-7.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos da escola: os anos 1930 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: Edusc; Brasília: Inep, 2002.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira - a Escola Nova**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação**. Brasília: MEC/Inep, 2001.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Claudemir. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (1937-1971)**. Porto Alegre: Ufrgs, 2006. 428f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 4.258, de 21 de janeiro de 1929**: aprova o Regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública. In: **Legislação: leis, actos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1929.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 7.646, de 30 de dezembro de 1938**. Porto Alegre: DOE, 1938.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto-lei n. 155, de 20 de novembro de 1941**. Porto Alegre: DOE, 1941.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto legislativo n. 587, de 22 de julho de 1942**. Porto Alegre: DOE, 1942.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 578, de 22 de julho de 1942.** Porto Alegre: DOE, 24 jul. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto-lei n. 246, de 13 de outubro de 1942.** Porto Alegre: DOE, 14 out. 1942.

SEC. **Organização administrativa.** Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

SESP/RS-SECÇÃO TÉCNICA. **Comunicado n. 2.** 25 jul. 1939.

SESP/RS-SECÇÃO TÉCNICA. **Relatório dos anos 1940 a 1942.** Porto Alegre: Sesp/RS-Secção Técnica, 1942.

SOUZA, Joaquim M. de. Lourenço Filho no Ceará. In: ABE (org.). **Um educador brasileiro:** Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Por que escola nova? **Revista Escola Nova,** São Paulo: Diretoria Geral de Instrução Pública, 1930, v. 1, out. p. 8-26.

TEIXEIRA, Marieta Cruz Dias. **Um estudo sobre o discurso administrativo de Lourenço Filho.** Goiânia: UFG, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira.** Bragança Paulista: Edusf, 2005.

*Recebido em 29 de março de 2023.*

*Aprovado em 24 de maio de 2023.*